

PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO INDÍGENA: O VIR E O PORVIR NA RESERVA DE DOURADOS/MS

INDIGENOUS PRODUCTION AND REPRODUCTION: WHAT MAY COME IN DOURADOS/MS RESERVATION

Jaime Ribeiro de Santana Junior

Mestrando em Geografia

Universidade Estadual Paulista/UNESP - Presidente Prudente/SP

jaime_rsj@hotmail.com

Resumo

Este artigo propõe uma reflexão sobre a atual relação dos indígenas com o território, de forma a identificar e caracterizar as formas encontradas pela população da reserva indígena de Dourados/MS para a produção e reprodução da sua existência, seja através da sua relação no interior da reserva ou fora dela, além de destacar políticas de apoios concedidos pelo poder público local. O estado de Mato Grosso do Sul abriga uma grande população indígena, marcada em sua história por profundos processos de colonização, extremamente agressivos e violentos, que destruíram não só seus territórios e recursos naturais, mas grande parte da sua cultura e dos povos que habitavam a região. Há ainda, a nova ordem sócioeconômica vigente, que afronta o modo de vida indígena, de forma que, atinge tanto o espaço vivido quanto a cultura, causando profundos impactos sobre o seu modo de vida. A pesquisa se realizou a partir de pesquisas bibliográficas, levantamentos de dados, entrevistas a representantes de órgãos públicos, a lideranças e famílias indígenas. A partir dessa análise, percebe-se que a relação indígena com o território está fragilizada, representada por uma enfraquecida relação familiar e social, por uma pequena e insuficiente agricultura.

Palavras-chave: Questão indígena. Modo de vida. Reserva. Reprodução social. Território.

Abstract

This article purpose an observation about the current relationship between indigenous with the territory, in order to identify and characterize the forms founded by the indigenous reserve population of Dourados/MS for the production and reproduction of them existence, even through the relation inside the reserve or out it, further on detach support policies conceded by the local public power. The state Mato Grosso do Sul harbor a big Indigenous population, featured in its history by deep colonization process, extremely aggressive and violent, that not only destroyed its territories and natural resources, but a big part of them culture and the people that lived in the region. There still the current new socio-economic order, that affront the indigenous way of life, so that, reaches the lived spaces as many as the culture, is causing deep impacts over its

way of life. The research was realized from bibliographic researches, survey data, interviews with public bodies exponents, to leaderships and indigenous families. From this analyses, is clear that the indigenous relation with the territory is weakened, represented by an atrophied familiar and social relationship, because a little and insufficient agriculture.

Key-words: Indigenous question, Lifestyle, Reserve, Social reproduction, Territory.

Introdução

De início, avaliamos ser importante ressaltarmos que o nosso interesse pela questão indígena, iniciou-se com nossa participação na execução do projeto Estrela Ará Poty¹, que possibilitou vivenciar e conhecer mais de perto a realidade indígena atual. Evidente, que este trabalho trata-se de uma primeira aproximação com a temática, de forma que destacaremos considerações iniciais sobre a questão indígena, com o intuito de entender de forma geral a atual conjuntura do modo de vida dos índios da reserva de Dourados/MS.

A reserva de Dourados tem seus limites territoriais juntos aos limites do perímetro urbano do município, ficando a norte da cidade. A sua composição étnica é composta por três etnias: Caiuás (Kaiowá), Guarani (Ñandeva) e os Terena. Divididas em duas aldeias: a Bororó e a Jaguapirú, que totalizam uma área de 3.539 hectares. Com uma população estimada em 2007, superior a 12 mil indígenas distribuídos nas duas aldeias. Nesse contexto, observamos a existência de uma grande população indígena delimitadas territorialmente em um espaço demarcado, afrontando assim, aspectos peculiares ao seu modo de vida tradicional.

Associando esses fatores a outros, tais como: a escassez de recursos naturais; a proximidade com a cidade; o elevado quadro de miséria; e as dificuldades enfrentadas pelos indígenas para sobreviverem fizeram com que a reserva de Dourados fosse considerada pelo Governo Federal na década de 1990 como umas das áreas indígena mais problemática do país devido ao registro de inúmeros casos de suicídios, motivados em sua maioria pela perda da perspectiva de vida no interior da reserva. De forma, que se intensificaram ações para o interior da reserva, sobretudo por parte do poder público local no intuito de recuperar a perspectiva de vida dessa população.

Nesse sentido, buscamos entender neste trabalho a atual relação dos indígenas com o território para a produção e reprodução da sua existência, identificando as dificuldades e as alternativas encontradas na busca pelo alimento, pela sobrevivência diária, a partir da relação no interior da reserva, ou fora dela, uma vez que, a conjuntura atual da reserva não permite o desenvolvimento do modo de vida indígena, a partir de uma perspectiva histórica. Destacaremos ainda, apoios concedidos por órgãos públicos como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), e Prefeitura Municipal de Dourados a população indígena, em virtude das dificuldades enfrentadas. O recorte territorial definido para pesquisa foram as 110 famílias da aldeia Bororó, beneficiadas pelo Projeto de habitação indígena.

Para tanto, partimos inicialmente de pesquisas bibliográficas, que possibilitaram entendimento inicial sobre a temática, principalmente em relação à sua existência e distribuição no território brasileiro, além das divisões étnicas, troncos lingüísticos, culturas, modos de vida, principais plantas cultivadas, principais produtos de coletas, entre outros aspectos relevantes para a elaboração do trabalho. Analisamos a reserva indígena de Dourados, de forma, a destacar o processo de demarcação, as etnias presentes e a configuração do território.

Realizamos entrevistas com as Assistentes Sociais da Superintendência de Habitação do município, que trabalharam nas ações sociais do Projeto. Indagamos lideranças indígenas sobre os problemas e alternativas encontradas. Entrevistamos representantes de órgãos públicos, bem como, coletamos dados. Por fim, realizamos visitas às famílias analisadas, visando compreendermos como os indígenas vêm realizando o seu modo de vida atualmente.

Guarani: abordagens iniciais sobre seu modo de vida

No Brasil construiu-se uma história que silencia e apaga a imagem e a presença dos índios nas representações históricas da sociedade. Colocam o indígena como um desocupado, preguiçoso, improdutivo e barreira para o desenvolvimento econômico nos lugares que habitam. Desprezam-se aspectos culturais peculiares ao seu modo de vida, como sua estrutura produtiva e familiar, seus conhecimentos religiosos, medicinais e

alimentícios. Conhecimentos esses, de grandes contribuições históricas à sociedade, tendo em vista, suas técnicas de cultivo, suas relações com o meio e suas formas de organização.

Em uma análise histórica dos povos indígenas, observamos um processo de exclusão e violência, cada vez mais crescente sobre essas populações. Historicamente, viviam livres, sem limites territoriais, a não ser os definidos pelas próprias etnias. Por meio da coleta, da caça e da pesca retiravam na natureza tudo o que necessitavam para sobreviver, como alimentos, ervas medicinais, matérias-primas, etc., ou seja, os povos indígenas sempre tiveram forte ligação com o território.

Atualmente no Brasil, estima-se uma população de cerca de 300 mil indígenas, que vivem em menos de 6% do território nacional. Com os constantes conflitos e processos de colonização fizeram com que perdessem praticamente quase todas suas terras e culturas, além ainda, de estarem atualmente limitados a certos limites territoriais, que se opõe aos seus traços culturais básicos, de viver livres de fronteiras. Agregam-se ainda, problemas de demarcações de terras, conflitos com fazendeiros e escassez de recursos naturais.

As áreas a que os povos indígenas estão submetidos estão totalmente degradadas, não havendo mais recursos naturais essenciais para a sua sobrevivência a partir da perspectiva histórica cultural indígena. Fatos esses, são observados na reserva indígena de Dourados, de forma que inviabilizam a realização da sua reprodução social, mística e cultural, a partir de uma perspectiva histórica, uma vez que, sua relação com o território encontra-se fragilizada.

Nesse contexto, torna-se necessário entendimento inicial sobre o conceito de território e a importância deste para os indígenas. Para Corrêa (1996), o território deriva do latim *terra* e *torium* significando terra pertencente a alguém. Entretanto, Mizusaki (2003), destaca que o território não precisa, necessariamente, estar vinculado à propriedade efetiva da terra, mas à sua apropriação por um agente ou um grupo de agentes, de controle de determinado espaço.

Raffestin (1993), destaca que a sociedade, o espaço e o tempo, são os elementos que dão sentido à existência do território. A sociedade, na medida que materializa sua existência, produz formas específicas nos lugares que, devido à sua própria dinâmica

transformam-se e rearticulam-se com o tempo, cujas relações são marcadas por relações de poder. O autor compreende que o território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território. Há, portanto, um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder. Deste modo, o território é analisado pelo autor como:

[...] espaço onde se projetou trabalho, seja energia ou informação, e que por conseqüência, revelam relações marcadas pelo poder. Se apóia no espaço mas não é o espaço. [...]. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza determinadas ações) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

Para Haesbaert (2004), há várias noções de território, agrupadas em três vertentes básicas: uma política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-políticas (relativa às relações espaço-poder institucionalizadas), a mais difundida, em que território é visto como espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, muitas vezes não exclusivamente relacionado ao poder político do Estado; uma cultural ou simbólico-cultural, que prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação e valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido; e por fim, uma econômica, menos difundida, que enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, sendo o território fonte de recursos e incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital e trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho.

Pode-se então, entender o território, como local onde se estabelecem as relações de poder, políticas e sociais, além de ser, o local onde se estabelecem trocas culturais e simbólicas, com grande apego e forte relação com o espaço vivido. Nesse sentido, compreendemos que, o território indígena está vinculado ao seu *tekoha*², ou seja, modo como os Guarani estabelecem suas relações sociais e territoriais, marcadas por estreita ligação com o espaço físico ocupado, conseqüentemente, com a natureza. Vincula-se então, à maneira como estabelecem seu modo de ser, o seu modo de vida. Para Almeida & Mura (2003):

Os Guarani denominam os lugares que ocupam de *tekoha*, significando o lugar físico - terra, mato, campo, águas, animais, plantas, remédios, etc. - onde se realiza o teko, o “modo de ser”, o estado de vida guarani. O *tekoha* engloba a efetivação de relações sociais de grupos macro familiares que vivem e se relacionam em um espaço físico determinado. Idealmente este espaço deve incluir, necessariamente, o ka’aguy (mato), elemento apreciado e de grande importância na vida desses indígenas como fonte para coleta de alimentos, matéria-prima para construção de casas, produção de utensílios, lenha para fogo, remédios, etc. O ka’aguy é também importante elemento na construção da cosmologia, sendo palco de narrações mitológicas e morada de inúmeros espíritos. Indispensáveis no espaço Guarani são as áreas para plantio da roça familiar ou coletiva e a construção de suas habitações e lugares para atividades religiosas (ALMEIDA & MURA, 2003, apud NUNES, 2005, p. 01).

Percebe-se assim, a forte relação dos Guarani com a natureza e seu território, ou melhor, com seu *tekoha*, de onde os mesmos realizam seu modo de ser, estabelecem suas relações sociais e atribuições espirituais. Para Conradi (2007), o *tekoha* é um espaço controlado pela comunidade indígena, de forma que, agentes externos não têm o poder de decidir sobre a ocupação da terra.

Em relação as suas diferenças lingüísticas e culturais, Schaden (1974) assevera que os Guarani no Brasil meridional podem ser divididos em três grupos: os Ñandeva, os Mbüá e os Kaiowá, a divisão em três grupos se justifica por diferenças, sobretudo lingüísticas, mas também por peculiaridades na cultura material e imaterial. Os grupos étnicos de língua Guarani que estão presentes na reserva de Dourados/MS são os Kaiowá e os Ñandeva. Possuem similaridades do ponto de vista da lingüística, da organização social e do sistema religioso, mas ainda assim, há diferenças, como destaca Troquez, (2006):

Pesquisadores [...] costumam não fazer muita distinção e/ou comparações entre os Kaiowá e os Guarani (Ñandeva). Alguns adotam o termo Guarani ou Guarani/Kaiowá para se referir aos dois grupos, embora admitam tratar-se de parcialidades ou subgrupos que, apesar das semelhanças, especialmente, na forma de organização social, possuem algumas características lingüísticas e culturais. Outros usam Guarani-Kaiowá para os Kaiowá e Guarani-Ñandeva para os Guarani (TROQUEZ, 2006, p. 35).

O entendimento das tradições e costumes indígenas relacionados a cada etnia torna-se difícil, em virtude da complexidade que muitos autores usam para identificá-los. Desta forma, ressaltamos que as formas de identificação e divisão não constituíram

objetivo deste trabalho, mas sim, o de analisar de forma geral a atual conjuntura do modo de vida dos indígenas da reserva de Dourados, em especial dos Guarani (Kaiowá e Ñandeva).

O *tekoha*, lugar que os Guarani ocupam e realizam suas relações sociais, espirituais e de sobrevivência, é elemento fundamental para o desenvolvimento do modo de ser Guarani. Nesse contexto, os núcleos e as relações familiares são traços tradicionais e importantes da cultura Guarani. Susnik (1979-80) compreende o núcleo familiar como:

[...] sendo a célula básica comunitária dos Guarani [...] cada *te'yy-oga* (casa grande) dos Guarani podia abrigar de 10 a 60 famílias [...], com seus fogos e camas. A casa grande abrigava uma família extensa, que representava a unidade socioeconômica básica, com suas roças, áreas de caça e pescaria, delimitadas por rios e outros acidentes geográficos (SUSNIK, 1979-80, apud BRAND, 1993. p. 81).

Observamos que a estrutura familiar Guarani é composta por famílias extensas, que são unidades de produção e consumo, onde os homens tinham a função da limpeza do terreno, e as mulheres a do plantio, colheita e transporte dos produtos. De acordo com Gadelha (1980), na casa grande, composta por várias famílias de mesmo grau de parentesco, há a presença do chefe (cacique), que quanto maior sua família, maior o seu prestígio. Nesse sentido, cada chefe era dono de uma casa da aldeia, com mulheres e filhos que, por sua vez, ao se casarem, constituíam família aumentando assim, o prestígio do chefe principal devido à ampliação do ramo inicial da família.

Observamos algumas características importantes e tradicionais da história Guarani, marcadas por fortes relações com o território, seu *tekoha*, a partir do qual realizam todas as suas relações sociais, espirituais e de sobrevivência, por meio de uma estrutura familiar marcada por famílias extensas.

Criação da reserva indígena de Dourados/MS

A presença indígena no estado de Mato Grosso do Sul é anterior ao processo de conquista européia, com presença de diversos povos na região. Entre os séculos XVI e XVIII, espanhóis, jesuítas e bandeirantes paulistas adentraram a Bacia Platina percorrendo essa região, iniciando um violento processo de conquista e de colonização, do qual apenas alguns grupos indígenas conseguiram sobreviver.

A expansão capitalista ocorrida na passagem do século XIX para o XX, gerou inúmeras conseqüências para as populações indígenas que habitavam as regiões brasileiras, já que a partir daí, surgiram vários conflitos fundiários devido aos processos de colonização do território. Monteiro (2003) assevera que:

Ao longo dos séculos, os brancos foram se aproximando da região ocupada pelos índios de início apenas tangenciando-a para, posteriormente, irem ocupando os territórios dos Guarani (Kaiowá e Nandeva) mais densamente. Dentre as alternativas de sobrevivência restaram as populações indígenas o seu engajamento como mão-de-obra dos grandes ervateiros que se estabelecem na área. (MONTEIRO, 2003, p. 31).

As concessões de terras feitas pelo Governo Federal à Companhia Mate Laranjeira, fundada em 1883, cuja área chegou a mais de um milhão de hectares, atingiram os territórios indígenas do sul do estado. As concessões geraram o surgimento de pequenos povoados próximo às vias de escoamento dos produtos, estabelecendo conflitos entre indígenas da região e os colonizadores que se estabeleciam.

Com os crescentes conflitos, o sistema de “reservas indígenas” foi visto pelo Estado como sendo uma providência necessária para assegurar a intervenção em certos conflitos fundiários e dar proteção aos índios que eram explorados pelos ervateiros e sujeitos a trabalhar em regime de escravidão. Já que a expansão da fronteira de ocupação agrícola estabeleceu disputas pelas terras da região, que levaram os povos indígenas a viver em áreas demarcadas.

As demarcações das reservas quase nunca respeitavam as culturas, tradições, modo de vida, rituais, posse natural da terra, o que trouxe como conseqüência, o fato das reservas abrigarem vários povos indígenas, com culturas, línguas, tradições totalmente diferentes, ou seja, sem levar em consideração o *tekoha*, resultando entre os indígenas, conflitos e adaptações. Dentro dessa lógica, Troquez, (2006) destaca:

[...] as reservas indígenas foram resultado de um projeto claro de colonização e civilização que desconsiderou as especificidades (étnicas, culturais e históricas) dos indígenas e negou-lhe o direito a posse das terras que tradicionalmente ocuparam (TROQUEZ, 2006, p. 32).

Com a criação das reservas, o Estado pôde liberar o restante do território para os colonos desenvolverem de forma mais intensa o processo de colonização e ocupação dessa região, além de concentrar as populações indígenas em locais específicos, facilitando assim o acesso a essa mão-de-obra, que se tornava farta e barata, ou seja, as políticas de criação de reservas, iniciadas a partir de 1915, visavam também inviabilizar o modo de ser tradicional dos povos indígenas, de forma a desarticular e controlar o *ñande reko* (modo de ser) dos Guarani, na tentativa de transformá-los em reserva de mão-de-obra, que só seria possível com o enfraquecimento do seu modo de ser tradicional.

No período de 1915 a 1928, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) “reservou” oito áreas de terras a serem demarcadas e homologadas como reservas indígenas, no atual estado de Mato Grosso do Sul, sendo elas: Benjamim Constant (1915, em Amambaí); Francisco Horta Barbosa (1917, em Dourados); José Bonifácio (1924, em Caarapó); Sassaró ou Ramada (1928, em Tacuru); Limão Verde (1928, em Amambaí); Takaperi (1928, em Coronel Sapucaia); Pirajuy (1928, em Paranhos) e Porto Lindo (1928, em Japorã). Todas as áreas totalizariam 18.297 hectares (TROQUEZ, 2006).

Nesse sentido, Brand (1993) destaca que se oficializou o processo de confinamento compulsório dos índios Guarani dentro das oito reservas, de forma, que as mesmas, deveriam estar localizadas relativamente próximas a cidades ou vilarejos, visando inseri-los na economia regional como de mão-de-obra.

A reserva de Dourados, segunda área a ser demarcada, criada em 1917, só teve seu processo de demarcação, homologação e recebimento do título definitivo concluído, 48 anos depois, ou seja, em 1965³. Não fugiu a todas essas tendências políticas de interesse em “confinar” os indígenas em local determinado para redistribuir as terras restantes aos colonos e criar reservas de mão-de-obra. A área prevista para a reserva era de 3.600 hectares, mas foi demarcada e homologada com 3.539 hectares. Wenceslau (1990) destaca que a doação feita pelo presidente da Província de Mato Grosso, era de

uma área de 3.600 hectares, porém no processo de demarcação, 61 hectares foram perdidos para proprietários circunvizinhos.

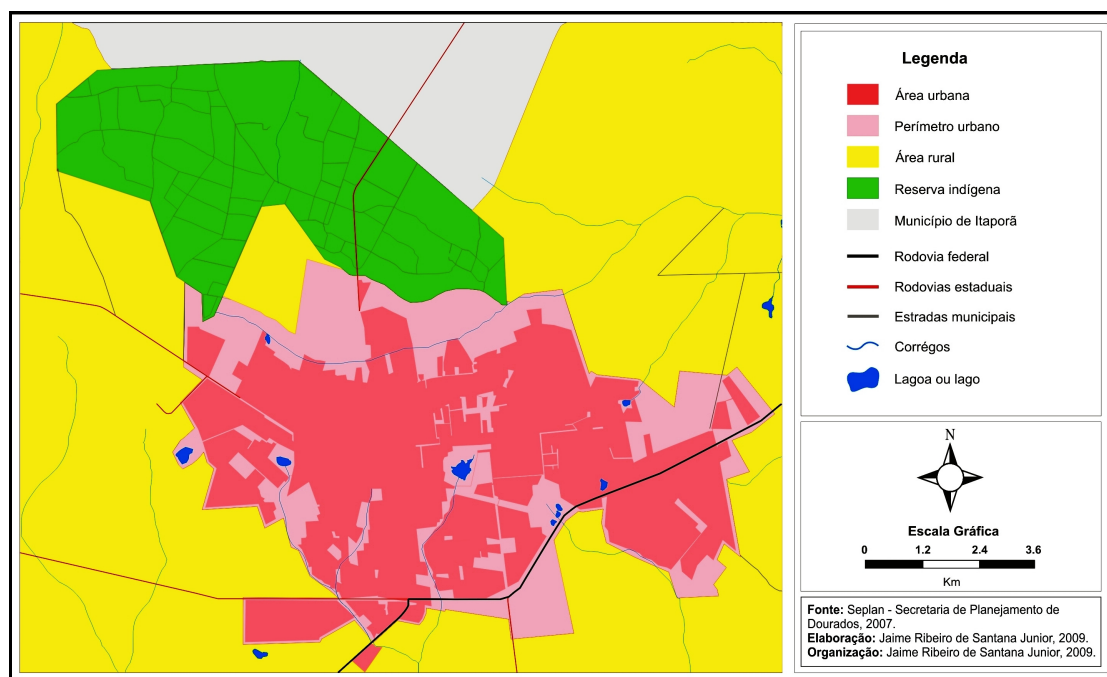
A partir desse breve histórico do processo de criação, demarcação e homologação das reservas indígenas do Mato Grosso do Sul, em especial a de Dourados, observamos o interesse do Estado em criar mecanismos de “confinamento” em lugares específicos para os povos indígenas que ocupavam a região, para assim, transformá-los através da desarticulação do seu modo de ser tradicional, em um mercado de mão-de-obra, além do que elaborar políticas para a ocupação e colonização do restante do território.

Características atuais do território indígena

A reserva de Dourados possui característica peculiar, já que é formada por três etnias: os Caiuás (Kaiowá), os Guarani (Ñandeva) e os Terena. Formada pelas aldeias Bororó e Jaguapirú, a reserva localiza-se a norte da cidade, tendo seus limites territoriais junto ao perímetro urbano do município (Figura 01).

Possui solos considerados nobres para a prática da agricultura, com predomínio de Latossolo Vermelho Distroférico típico (antigo Latossolo Roxo Distrófico), de textura muito argilosa, relevo plano a suave ondulado. A região que corresponde à atual reserva, bem como às áreas vizinhas, eram, no início do século XX, tomadas por densas matas, na quais existiam inúmeras espécies de animais, mas que devido ao intenso processo de desmatamento iniciado, sobretudo nas décadas de 50 e 60, foram gradativamente destruídas.

Figura 01 – Localização da reserva indígena no município de Dourados



De acordo com Luciano Avalo, liderança indígena, o processo de desmatamento teve relativo aumento no interior da reserva na década de 1970, já que devido ao crescente aumento da população indígena, houve a necessidade de mais áreas para realização da agricultura, de forma que, levaram alguns indígenas a introduzirem o sistema mecanizado para abrirem novas áreas no interior da reserva para o cultivo, e também para conter o avanço do capim colonião e de outras pragas de difícil controle manual.

Em 2007 dados da FUNASA, estimava uma população superior a 12 mil habitantes, distribuídas nas duas aldeias. A partir da perspectiva histórica do modo de vida indígena, isso configura claramente uma grande população existente em uma área demarcada, já que em relação à densidade demográfica há mais de três habitantes por hectare, inviabilizando a exploração tradicional dos recursos naturais que ainda existem e a sua relação com o território, ou seja, impossibilita qualquer atividade tradicional dos indígenas.

Uma característica bem atual é o elevado crescimento populacional indígena na reserva, tendo em vista que a taxa de crescimento, que segundo dados da FUNASA, apontam em 2005 um crescimento de 4,2%, nascendo anualmente mais de 500 índios, contrastando ao crescimento de 2,2% ao ano do município. A população da reserva que

em 1998 era de 8.500 habitantes, em 2005 havia saltado para 10.039 habitantes, dentro desse quadro, o prognóstico é que dentro de dez anos a população seja em torno de 17 mil habitantes, tornando ainda mais inviável o modo de vida dos indígenas, a partir de uma perspectiva histórica.

Tomando como recorte territorial apenas a aldeia Bororó, dados da FUNASA de 2002 apontavam uma população de 3.609 habitantes residindo em torno de 800 residências. Tal situação indica a impossibilidade de sobrevivência pelos seus costumes tradicionais, fato que se comprova, dentre outros fatores, pelo elevado índice de mortalidade e subnutrição infantil. Agrava essa situação, os dados mais atuais, que apontam em torno de 6 mil habitantes residindo em cerca de mil residências. Entretanto, quando colocamos o crescimento populacional indígena como um problema atual, nos referimos ao fato de que estão limitados a uma área demarcada, de forma que cada vez mais, é inviabilizado o modo de vida tradicional, além do aumento dos conflitos internos.

Principais dificuldades enfrentadas dentro ou fora do território indígena

Levando-se em conta o “confinamento”, a escassez de recursos naturais, a grande população, a proximidade com o perímetro urbano e o elevado quadro de miséria, a população indígena vem reconstruindo seus referenciais de vida para buscarem a sobrevivência, abandonando traços culturais elementares (os que ainda restam), já que não conseguem mais sobreviver a partir de uma perspectiva tradicional histórica.

Nessa lógica, são inúmeras as dificuldades, causadas principalmente pelo seu “confinamento”. Brand (1993) destaca que a sobreposição dos *tekoha* dentro das reservas demarcadas impõe mudanças profundas na forma tradicional de utilização da terra e organização do espaço, tendo em vista, as diferentes etnias presentes, o constante aumento da população e a divisão da reserva em lotes. Além do que, não ocorreu apenas a perda da terra pelos indígenas, mas da inviabilização do seu modo de ser:

A perda da terra veio acompanhada pela interferência direta e permanente do Estado no dia a dia da vida na aldeia, com a

correspondente imposição de novas chefias e, progressivamente, do nosso conceito de posse da terra mediante a divisão em lotes e a desarticulação das relações de parentesco e de solidariedade (BRAND, 1993, p. 244).

A proximidade com cidade, é também, fator determinante para os problemas culturais, já que causa entre os indígenas, o sentimento da oportunidade, outra forma de vida, principalmente entre os mais jovens, mas que gera maior discriminação e exclusão social, já que de maneira geral, a sociedade não índia é fortemente marcada por uma carga de preconceito sobre essas populações.

A proximidade com a sociedade não índia, gera limites de expressão cultural e espiritual, tendo em vista, que os Guarani situam suas vidas em um espaço essencialmente místico-religioso, de difícil compreensão pelo não índio, levando os indígenas a esconderem seus rituais e aspectos culturais, como suas danças, por exemplo, perdendo ainda mais seus princípios tradicionais. Além do que, sofrem fortes influências de aspectos culturais da sociedade externa, como apresenta Ailton Fernandes⁴, morador da aldeia Bororó:

Toda a molecada de hoje estão aprendendo o negócio da dança do estrangeiro, dos negócios que vem dos discos de platina (*CD*), e os próprios nossos parentes que vêem esses negócios dos brancos (...) a molecada de hoje, quer viver só coisa do branco (...) tem nós que queremos mostrar nossa cultura, ai tem vinte que quer mostrar a cultura nossa, mas ai já tem quarenta que não quer mostrar.

Observamos dessa maneira, que a inserção da cultura não índia está desestimulando entre os indígenas, principalmente entre os mais jovens, a aprendizagem e a continuidade dos costumes indígenas, como as rezas e danças, por exemplo.

Desestimulada, a casa grande que era capaz de abrigar inúmeras famílias sob o mesmo teto, hoje são quase que inexistentes na reserva. As cerimônias espirituais e culturais também estão fragilizadas, já que ocorreu fragmentação familiar aliadas à diluição das referências espirituais e políticas em função das novas estruturas de poder instituídas externamente, como a figura do capitão, que atua na forma de líder maior, acarretando na perda de identidade do cacique, que historicamente desempenhava a

função de chefe, organizando e orientando os índios, e do pajé, que desempenhava o papel de sacerdote.

Em relação ao papel “administrativo” no interior da reserva, o indígena Guilherme Paná⁵, morador na aldeia Bororó, nos fala que:

[...] falta liderança forte dentro da aldeia, por isso que está entrando esse negócio de droga e violência aqui dentro da aldeia, porque não tem mais quem tome providência, quem começa cuidar dentro da aldeia, já não existe mais.

Nesse contexto, percebemos que entre alguns indígenas, a figura do líder forte (anteriormente representado pelo cacique), que possa organizar e estabelecer limites entre os indígenas, encontra-se enfraquecida. A figura do atual capitão está defasada, não representa de certa forma, para eles, uma liderança que considerem forte.

Na esfera religiosa, a estrutura sofre outra desarticulação, devido à presença de novas ordens religiosas externas, como a igreja católica, as evangelizadoras e as pentecostais, criando assim, novas crenças, novos ideais divinos, rompendo assim, em sua totalidade a relação místico-religiosa que os indígenas possuem com o seu território dentro dos seus princípios tradicionais. Nesse sentido, Almeida (2001) destaca que:

As formas de vida tradicional e as representações religiosas Guarani - cerimônias, rituais, cantos e símbolos, como o *mbaraka*, o *apyka* e a *mba'e marangatu* - são combatidas e condenadas, com maior ou menor intensidade, ou mesmo violência, dependendo do agente religioso e seus ímpetos de fé (ALMEIDA, 2001, p. 226).

Segundo Ailton Fernandes, “a reza que o branco faz, está fazendo os índios seguirem essas rezas, as igrejas que vem de lá (cidade) está tomando o lugar das nossas rezas, das nossas danças”. Os indígenas estão seguindo tendências religiosas não índias, abandonando assim, elementos religiosos próprios do seu modo de vida. Na figura 2, podemos observar a presença de uma dessas igrejas na Aldeia Bororó.

Figura 02 – Ordem religiosa externa: igreja evangélica



Foto: SANTANA JUNIOR, 2007.

Outro fator de desarticulação do território indígena está relacionado ao enfraquecimento da organização da produção e consumo coletivos que sempre representaram união e o fortalecimento indígena, como destaca Brand (1993):

Como não busca acumular além do necessário para o sustento de sua família e para a redistribuição, o tempo dedicado ao trabalho produtivo era limitado pela necessidade do consumo. [...], portanto, o trabalho, para o Guarani, [...] não tinha a característica de exploração quem tem nossa sociedade. Era um trabalho que tinha na cooperação o seu ponto alto (BRAND, 1993, p. 113).

A mulher possuía papel importante no processo produtivo, mas hoje é limitada sua participação, uma vez que, há a constante perda do senso de coletividade e de cooperativismo entre seus membros, e principalmente, pela fragmentação da família extensa. De forma que, estabelece um constante enfraquecimento do núcleo familiar que é a unidade básica da sociedade indígena. Somado ao fato de que, segundo o autor, no atual momento os homens seriam mais importantes do que as mulheres e crianças.

A desintegração familiar está associada também, à necessidade de trabalhar fora dos limites da reserva. Essas ausências, muitas vezes prolongadas, em sua maioria do

chefe de família, levam o núcleo familiar a ficar um período de tempo sem uma base estrutural, gerando o enfraquecimento da ordem familiar.

Os recursos naturais sempre representaram um dos principais meios de sustento dos indígenas, mas com o processo de desmatamento ocorrido na reserva, o que vemos é à degradação quase que total desses recursos atualmente, o que tem tornado inviável para a população a sobrevivência a partir desse meio. Associam-se a essa questão, processos erosivos, devido à retirada da cobertura vegetal e o uso inadequado de máquinas e implementos agrícolas.

Considerando esses fatores em sua totalidade, a população da reserva sofre com solos degradados; alto teor de acidez; presença do capim colônio; falta de matas nativas para extração de madeiras, ervas medicinais e de produtos utilizados na confecção de artesanatos, ou até mesmo de uso religioso e comercial; falta de capim sapé, utilizado para construção das ocas e casas de rezas; assoreamento e contaminação dos mananciais de água; além de ações climáticas, como as secas e geadas, agravando ainda mais os problemas.

A falta de madeira é uma situação tão dramática que alguns indígenas que possuem “reservas” de mata em suas áreas, comercializam a madeira. A indígena Cristina Junca⁶, moradora na aldeia Bororó, afirma ter que pagar 40 reais por uma carroça cheia de madeira. Na figura 3, observamos uma área totalmente desmatada na aldeia Bororó.

Figura 03 – Área desmatada na reserva indígena de Dourados

Foto: SANTANA JUNIOR, 2007.

O arrendamento de terras é outro fator externo que se inseri no território indígena, e que gera a monopolização das terras, mas esse fator remonta da segunda metade do século XX, quando os Guarani e os Terena mecanizaram as suas lavouras e introduziram a cultura da soja no interior da reserva. Essa situação gerou entre ambos, busca pela ampliação de suas áreas, atingindo terras Kaiowá, o que levou a FUNAI a dividir a reserva em lotes iguais.

No ciclo da soja, os problemas de terra deslocam-se para o interior da Reserva [...] provocou concentração da já pouca terra dentro da Reserva [...] então, além do loteamento imposto, instaura-se uma disputa por lotes cada vez maiores por parte dos índios que adotam a mecanização (BRAND, 1993, p. 174).

Esse processo de arrendamento e monopolização torna-se ainda mais evidente nas palavras do Capitão Ramão, em 1984, onde o mesmo estabelece que aqueles que não conseguem cultivar todo o seu lote são obrigados a cedê-lo aos trabalhadores que querem “desenvolver”, de forma que, instauram-se no interior da reserva, contratos de arrendamento de terra, que eram feitos através da intermediação do capitão ou

funcionários da FUNAI. Os arrendamentos eram em sua maioria de seis anos e pagos em dinheiro (BRAND, 1993).

Na atualidade, esse é um processo freqüente entre os indígenas, que em sua maioria arrendam suas terras para latifundiários da região ou para outros índios, excluindo ainda mais parcelas da população ao acesso a terra, que já é insuficiente, expandindo ainda mais a monocultura, basicamente da soja, no interior da reserva.

A agricultura de subsistência é uma das principais características da cultura indígena, mas encontra-se em constante dificuldade, haja vista, a falta de sementes, ramas e mudas para a produção e que sejam resistentes aos agrotóxicos utilizados na cultura da soja.

Historicamente, realizavam a agricultura em áreas livres, sem demarcação, e sem a presença de agrotóxicos que prejudicassem a produção. Produziam em solos férteis, e as tarefas eram distribuídas de acordo com o sexo, além do que, usavam um sistema de rotatividade:

Usavam o sistema conhecido como coivara⁷, onde se derrubava o mato, queimava e se plantava com o auxílio de um bastão. Após repetir o mesmo processo, durante três a quatro anos, era necessário buscar outra área de mata e iniciar o mesmo processo. Na roça antiga, enquanto o mato se recuperava, continuavam a ser buscados alguns produtos de ciclo mais longo. Eram as áreas preferenciais para a coleta e a caça. [...] A rotatividade desse sistema, além de evitar a degradação maior do solo e dispersar também trabalhos mais sistemáticos de combate a pragas, permitia o manejo de áreas mais amplas, possibilitando nas roças mais antigas, a formação de regiões ricas para a coleta e a caça (BRAND, 1993, p. 111).

A situação atual é bem diferente. Já que estão confinados e as terras insuficientes para a população existente e, ainda, segundo a liderança indígena Luciano Avalo⁸, o apoio concedido pelo poder público está sendo insuficiente, pois não estão atendendo a todas as famílias, atrasando o plantio e inviabilizando o desenvolvimento dessa atividade no interior da reserva:

Até mandioca está sumindo, quase ninguém está colhendo milho, ninguém colheu arroz, nem feijão, só está tendo capim, [...] ai tem que sofrer, [...] ai tem que pegar uma enxada e enfrenta o capim, enfrenta o capim até nós fazemos, mas só um pedacinho assim, um canteirinho assim pra limpar né? Mas pra passar o ano inteiro não dá, só um

pouco, [...] quem quer produzir está tendo que comprar veneno pra dessecar o capim pra poder plantar.

A composição étnica da reserva é representada pelos Caiuás (Kaiowá), Guarani (Ñandeva) e os Terena, de forma que, há conflitos, principalmente, dos dois primeiros com os Terena. Nesse sentido, Bittencourt & Ladeira, (2000) destacam que os contatos entre os Guaná (Terena) e os Guarani nunca foram amistosos, havendo muitas histórias de conflitos.

Na criação da reserva de Dourados havia indígenas Terena na região, que foram trazidos para a reserva pelo SPI, no intuito de ensinar técnicas de agricultura para os Guarani (Ñandeva) e Kaiowá, uma vez que, os Terena, eram tradicionalmente considerados hábeis agricultores. Mangolin (1993) destaca que:

[...] na década de 1930, um grupo de índios Terena (família Aruak), habitantes de uma região mais ao norte do estado foi levado para a área indígena de Dourados pelo antigo SPI, com o objetivo de civilizar os Guarani (Kaiowá) ali localizados (MANGOLIN, 1993, p. 23).

Ainda nesse sentido, alguns autores trabalham com o termo “pirâmide”, para classificar os grupos indígenas, como apresenta Troquez (2006):

Os Terena estariam no topo da pirâmide, sendo considerados mais “desenvolvidos” e, portanto, superiores aos demais. Os Guarani (Ñandeva) viriam a seguir e, por último, os kaiowá os quais, por serem considerados os mais “atrasados” (...) nutriram um forte sentimento de “inferioridade” (TROQUEZ, 2006, p. 41).

Nesse contexto, desenvolveu-se entre eles uma relação de dominação dos Terena sobre os Guarani, gerando inúmeros conflitos étnicos de interesses próprios, evidenciando a subdivisão entre a área ocupada pelos Terena, e a dos Guarani. Azanha (2006) destaca que:

A principal característica sociocultural dos Terena é esta abertura para o exterior, o que explica sua facilidade em incorporar ao seu patrimônio cultural pautas e equipamentos culturais de outros povos. Esta abertura para a exterioridade, ainda, lhe teria favorecido a adaptação em ambientes diversos – o que explicaria o seu

expansionismo e o seu domínio sobre outros povos, a que reputavam de inferiores (AZANHA, 2006, p. 2).

Os Terena possuíam os melhores roçados, as melhores moradias e, ainda, maior facilidade em se relacionar com os outros povos. Os Guarani, por sua vez, seriam inferiores. Pereira (1999) entende:

[...] os Terena como os mais aptos e receptivos às iniciativas de desenvolvimento e integração à sociedade nacional. Os Kaiowá no pólo oposto, considerados como os mais apegados aos seus próprios valores, enquanto os Nandeva constituiriam uma categoria intermediária entre Kaiowá, com quem o parentesco lingüístico e cultural é indisfarçável, e os Terena (PEREIRA, 1999, p. 16).

Um dos problemas indígenas mais evidenciados pela mídia nos últimos anos, está relacionado à desnutrição infantil, que chegou a alarmantes 140 mortos por 1000 nascidos em 2001, segundo a FUNASA, estão ligados à má alimentação, causado pela falta de alimentos na reserva, tendo em vista a dificuldade em produzi-lo ou adquiri-lo e à precariedade a que essas famílias e principalmente as crianças estão submetidas.

A violência está no cotidiano dos indígenas, quase sempre motivada pelo consumo de bebidas alcoólicas e pelo uso de drogas, resultando em brigas, assassinatos, estupros, assaltos, agressão, conflitos étnicos e de poder.

Todos esses fatores têm provocado em muitos indígenas, a falta de perspectiva de vida, levando ao suicídio, como argumenta Barboza (2002):

Representa um profundo impasse cultural e a sua superação indica o caminho do resgate do modo de ser tradicional Guarani/ Kaiowá. Em 14 anos, contam-se 337 Guarani/Kaiowá mortos em circunstâncias muito semelhantes: envenenados por ingestão de produtos químicos utilizados na agricultura ou por enforcamento (BARBOZA, 2002, p. 02).

Observamos desta forma, o processo degradante das relações socioculturais realizadas pelos os indígenas no território, motivados em sua maioria pela descrença de seus princípios religiosos, pelo enfraquecimento da estrutura familiar e pela falta de terra. Esses fatores afloram em muitos indígenas a falta de perspectiva de vida.

Luta pela sobrevivência: alternativas encontradas no território ou fora dele

Em contrapartida as dificuldades enfrentadas, há a busca pela sobrevivência e, conforme analisado, os Guarani, diferentemente de outros povos, se caracterizam pela estreita relação com o território, e também pela sua frágil “adaptação” a valores externos. Mas devido a inúmeras dificuldades que enfrentam cotidianamente para sobreviverem e manterem traços peculiares do seu modo de vida, estão se submetendo às atuais condições e oportunidades impostas pelo mundo contemporâneo, mesmo que isso custe à perda dos seus costumes tradicionais, como já acontece com as últimas gerações.

Assim, a luta periódica pela sobrevivência estimula os indígenas a procurarem, além da agricultura de subsistência, inúmeras alternativas, como apresenta Barboza (2002):

As fontes de rendas das famílias restringem-se à venda da mão-de-obra, recebimento de aposentadorias, comercialização porta a porta de poucos produtos tais como mandioca, batata-doce e algum artesanato ainda produzido por algumas famílias. Já é cena comum a observação de famílias inteiras perambulando pela cidade, mendigando em bares e restaurantes ou em feiras livres, a cata de restos de comida (BARBOZA, 2002, p. 05).

A agricultura, mesmo em dificuldade, possui grande destaque, já que, associada à coleta, caça e pesca, sempre foi um dos principais meios de sustento dos indígenas. Na reserva de Dourados não é diferente. Cultiva-se na maioria das vezes milho, batata-doce, abacaxi, feijão, banana, cana-de-açúcar, pequenos pomares, às vezes hortaliças, e a mandioca - principal produto cultivado - além de pequenas criações de galinhas, patos, porcos e em alguns casos, de gado.

A atividade agrícola entre os Guarani era apenas de subsistência, tendo na produção de excedente a possibilidade da reciprocidade e da festa, mas com o contato com a sociedade não índia, o excedente produzido passa a ter outro destino, como apresenta Brand (1993):

Era uma economia voltada para a produção da subsistência da família extensa e para a produção de um excedente, responsável exatamente pela viabilização da reciprocidade. Após o contato, esse excedente passa a ser comercializado para viabilizar a aquisição de produtos de fora (BRAND, 1993, p. 112).

Tomando como recorte para análise, as 110 famílias da aldeia Bororó, beneficiadas pelo Projeto Ará Poty, percebemos que 91% destas cultivam mandioca, e desse percentual, 24% comercializam o excedente. Na figura 4, podemos observar uma plantação dessa cultura na aldeia.

Figura 04 – Plantação de mandioca



Foto: SANTANA JUNIOR, 2006.

A banana é outro produto bastante cultivado (75% das famílias) e raramente é comercializado. Já o cultivo do milho é praticado por cerca de 45% das famílias, sendo destinado para o consumo próprio e alimentação das criações, a comercialização se dá, principalmente do milho verde. A cana-de-açúcar é cultivada por 30% das famílias e uma pequena parcela é comercializada com proprietários de garapeiras da cidade de Dourados. O feijão, batata-doce e abacaxi são cultivados por 25 % das famílias e basicamente para o consumo próprio. Verifica-se assim, que todos esses produtos cultivados são para o consumo das próprias famílias, mas isso não impede que

comercializem o excedente, prática intensificada na aldeia devido à falta de alternativas e oportunidades, tendo como principal objetivo, uma renda.

As pequenas criações de galinhas, patos, porcos e algumas vacas, representam alternativas de alimentação e de comercialização para os indígenas, sendo atividade presente entre quase todas as famílias analisadas. Destas, 20% comercializam os excedentes. Já a criação de patos e porcos é basicamente para consumo próprio.

O artesanato, característico da cultura indígena, é uma alternativa de pouquíssimas famílias, o que revela perda desse princípio tradicional. Todos esses produtos citados são em sua maioria comercializados na cidade de Dourados, muitas vezes vendidos porta a porta nas casas e também nas ruas. A aposentadoria representa o meio mais estável de sustento. Das famílias analisadas, 15% sobrevivem com o auxílio desse benefício.

Um problema citado, mas que também é uma alternativa encontrada (principalmente por aqueles que não tem condições de cultivar, seja pela idade, pelo não acesso a maquinários e implementos agrícolas para arar a terra permitindo o plantio, ou simplesmente pela falta de interesse e desestímulo de se trabalhar com a terra), é o arrendamento. Já que recebem em dinheiro ou em produtos pelo arrendamento, prejudicando a realização do seu *tekoha*, já que intensifica a monocultura e o monopólio das terras.

Em decorrência da pequena disponibilidade de terras e meios de produzir seus alimentos, é comum encontrarmos várias famílias mendigando e perambulando durante o dia pela cidade, de porta em porta, pedindo um prato de comida, remexendo lixos, em busca de restos de comida.

Entre todas as alternativas, a que mais se desenvolve é a inserção dos indígenas no mercado de trabalho, ou seja, como mão-de-obra barata. Muitos estão se submetendo aos trabalhos fora da reserva, em fazendas, na construção civil, em trabalhos domésticos, etc. Mas a atividade mais intensificada está relacionada ao trabalho nas usinas de cana-de-açúcar, no corte dos canaviais. Nesse contexto, Ailton Fernandes⁹, nos relata:

Nós plantávamos banana, batata, era milho, era feijão carioquinha, feijão catador, nós plantávamos arroz, nós plantávamos de tudo um pouco [...] nós tínhamos até um pouco de vaca [...], mas daqui pra cá,

não tem mais jeito, [...] agora tem que trabalhar fora, agora tem que trazer recursos de fora pra poder melhorar a situação de nossas famílias [...] hoje pouco pai de família fica aqui na aldeia, só estão ficando as mulheres.

Em 2007, na aldeia Bororó, em torno de 435 índios trabalhavam no corte de cana, representando mais de 7% da população da aldeia. Partindo para a análise das famílias analisadas, cerca de 60% dessas famílias possuem alguém trabalhando nos canaviais. Já pessoas que trabalham em fazendas, construção civil, ou fazem trabalhos temporários (diaristas), representam 15%. E por fim, as pessoas que não possuem ocupação fora da aldeia representam 25%, que sobrevivem a partir de outros meios. Na figura 5, observamos indígenas no corte de cana-de-açúcar.

Figura 05 – Indígenas no corte de cana-de-açúcar



Foto: Ernesto de Souza, 2000.

Esses dados apontam para um constante crescimento da busca pela sobrevivência fora dos limites da reserva, e isso é preocupante, tendo em vista que a inserção dos indígenas na sociedade local e no mercado de trabalho não é um processo tranquilo, pois existe uma grande carga de preconceito e discriminação em relação a eles. E muitas das vezes, seus direitos trabalhistas são desrespeitados, ou seja, a

integração à sociedade local através do mercado de trabalho, como mão-de-obra barata, mas não como cidadãos.

Atuação do poder público local

Na década de 1990, a reserva de Dourados foi considerada pelo Governo Federal a área indígena mais problemática do país devido ao registro de inúmeros casos de suicídio entre os indígenas, motivados em sua maioria pela perda da perspectiva de vida no interior da reserva. A partir desses fatos, intensificaram-se ações para o interior da reserva nos últimos anos, principalmente por parte do poder público local.

Os principais objetivos dessas ações segundo o poder público, eram de criar mecanismos e oportunidades de geração de renda, formas de resgatar traços culturais, reforçar a relação com o território, amenizar a miséria existente, combater a desnutrição, fortalecer a estruturação comunitária e de cooperativismo. Deste modo, destacaremos algumas ações destinadas à população indígena, principalmente da aldeia Bororó.

O projeto “Estrela Ará Poty”, de habitação indígena, executado em 2005, sendo um dos primeiros dessa categoria a ser aplicado no Brasil. Foram construídas 200 unidades habitacionais, distribuídas nas aldeias Jaguapirú (90 unidades) e Bororó (110 unidades).

O projeto foi justificado pelo déficit de moradias nas aldeias, pela extrema precariedade das existentes, pelas péssimas condições sanitárias e pela miséria extrema as quais essas famílias indígenas estavam submetidas. Na Figura 6, podemos observar características da antiga residência de uma família e a atual, implementada pelo projeto.

Figura 06 – Casa do projeto “Estrela Ará Poty”**Foto:** SANTANA JUNIOR, 2006.

Os objetivos principais eram elevar a qualidade de vida e o “bem estar” social das famílias, dando-lhes uma moradia digna; proporcionar informações sobre os princípios básicos de higiene pessoal e de moradia; além de promover acesso aos indígenas a cursos de qualificação e geração de renda.

As unidades habitacionais seriam construídas inicialmente com tijolos ecológicos, produzidos dentro da própria reserva, e as telhas seriam de fibra vegetal, para, dessa forma, causar menos impacto visual. Todavia, essa proposta não obteve sucesso, devido à baixa qualidade e morosidade na produção dos tijolos. Desta forma, foram construídas com tijolos ecológicos, apenas 39 unidades habitacionais na aldeia Jaguapirú e 18 unidades na aldeia Bororó.

O projeto previa a instalação de rede de abastecimento de água e energia elétrica em todas as unidades, acompanhamento social, elaboração de pesquisas sociais, aplicação de cursos e elaboração de relatórios mensais das atividades desempenhadas. O projeto foi realizado em parceria da Prefeitura Municipal de Dourados, FUNAI, FUNASA e Caixa Econômica Federal e previa um custo de R\$ 5.600,00 por unidade habitacional (Fonte: Secretaria Municipal de Habitação e Serviços Urbanos de Dourados/MS, 2006).

O Projeto “Mandioca na Mesa”, executado entre julho de 2005 e agosto de 2006, na aldeia Bororó. O projeto justificou-se pelo fato da cultura da mandioca ser uma prática tradicional entre os indígenas. Tinha por objetivos: melhorar o desempenho produtivo com a agregação de novas tecnologias agrícolas; introduzir novas variedades de plantas; produção de excedentes comercializável; e, gerar ocupação e trabalho interno.

Nesse contexto, a produção de mandioca, além de servir de base de alimentação para a população indígena, abria-se perspectiva de geração de renda, a partir de um excedente.

O Projeto abrangeu uma área de 100 hectares, distribuídos em 100 módulos de um hectare por família. O custo do projeto totalizou 100 mil reais, financiado em partes pela linha de crédito do PRONAF – Banco do Brasil, Prefeitura Municipal de Dourados e IDATERRA. (Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura Familiar de Dourados/MS, 2007).

O projeto de “Ações Comunitárias” atendeu a população indígena no preparo de solo, perfazendo uma área de cerca de 700 hectares a cada safra, beneficiando cerca de 70% das famílias analisadas. A justificativa para o projeto, está no fato de que, para o manejo, preparo, correção do solo e para o plantio, são necessários na maioria dos casos, o uso de tratores e implementos.

Quanto aos objetivos, foram: possibilitar a melhoria do processo de produção e integração da agricultura familiar no sistema produtivo, com capacitação tecnológica e com o uso racional do solo. Nesse projeto, foram gastos 277.150 reais para a aquisição de tratores e implementos, recursos da própria prefeitura (Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura Familiar de Dourados/MS, 2007).

O projeto “Viveiro de Mudas Araporã” visa à implantação de um viveiro para produção de mudas de espécies diversas na área da Escola Municipal Araporã, localizada na aldeia Bororó. O projeto justificou-se pela necessidade de recuperação dos recursos naturais e de espécie nativas, já que há grande degradação dos recursos naturais, processos erosivos, contaminação e assoreamento de mananciais de água.

Tem por objetivos: produzir mudas de diversas espécies de árvores e frutas; gerar oferta de mudas necessárias para o problema ambiental; e, despertar a

conscientização da população e principalmente dos alunos da escola para a importância de estancar a degradação ambiental. Financiado pela Prefeitura Municipal de Dourados em parceria com a ENERSUL, prevê um custo total 9.203 reais. (Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura Familiar de Dourados/MS, 2007).

O “Centro Comercial da Produção Indígena” justifica-se pela ausência de um local para expor e comercializar seus produtos, tendo em vista que os projetos de produção agrícola, horticultura e oficinas de artesanato, geram excedentes comercializáveis.

Os objetivos são: implantação de uma estrutura física para processamento, exposição e comercialização direta da produção e do artesanato; estimular a produção de artefatos próprios da cultura; e, fortalecer a organização produtiva dos indígenas. A implantação desse centro prevê um custo total de 125 mil reais. Recursos do Ministério de Desenvolvimento Agrícola e Prefeitura Municipal de Dourados. (Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura Familiar de Dourados/MS, 2007).

Em uma análise sobre as ações citadas anteriormente, percebemos que são medidas que visam inserir a população indígena ainda mais na economia local, tendo em vista, o incentivo às atividades comerciais. Nesse sentido, Brand (1993) destaca que as ações dos governos, aparecem como uma ação planejada e conduzida numa perspectiva única, orientada e objetivada em vistas à inserção e integração dos indígenas à economia regional.

Desta forma, as políticas não atuam no sentido de resgatar traços culturais tradicionais que foram enfraquecidos com o “confinamento” e com o atual sistema vigente. Atuam no sentido lógico da economia, ou seja, na produção e comercialização. São medidas que visam criar mecanismos e oportunidades de geração de renda, de forma, a inseri-los na economia local.

Essas medidas, em sua maioria são impostas, ou seja, não a participação dos indígenas em sua elaboração, como ficou evidenciada no “1º Seminário de Políticas Públicas para as Populações Indígenas¹⁰”, onde o professor Izaque de Souza Ramão destaca:

[...] há órgãos do governo e ong's que fazem projetos, mas que os indígenas nem ficam sabendo o que é, [...] os projetos só atendem a algumas pessoas e eles não sabem como fiscalizar, [...] tenho

vergonha de ver autoridades sentadas à mesa, falando muitas coisas bonitas e depois e irem embora como se tudo que acontecesse dentro da terra indígena não fosse problema deles também¹¹.

Alguns problemas detectados pelos indígenas referentes às políticas públicas levadas ao interior da reserva, foram enumerados e destacados no Seminário:

1. Os projetos não foram feitos com a comunidade; 2. Os projetos não foram discutidos com a comunidade; 3. Não tem projetos de sustentação nas aldeias, pois sempre vêm projetos escritos pôr não índios e trazem muita dependência e complicações para as comunidades, pois acabam inserindo costumes de não índios dentro da Terra Indígena; 4. Os projetos não atingem a todos e precisam ser ampliados; 5. Não há acompanhamento; 6. Causam divisão entre os beneficiados e os não beneficiados; e 7. Lideranças que acompanham são nomeados por não índios e não pelas comunidades indígenas envolvidas nos projetos¹².

Observamos, então, que não há participação indígena na elaboração dos projetos que visam atender a reserva de Dourados. Deste modo, as ações, em muitos casos afrontam aspectos peculiares ao modo de vida indígena, além de, torná-los dependentes dessas ações.

Reforçando essa tendência, o capitão Luciano Avalo¹³, afirma que em alguns projetos até há participação da população em sua elaboração e desenvolvimento, mas na grande maioria não há participação. O mesmo capitão destaca que se reunia com outros indígenas e representantes da FUNAI, FUNASA e prefeitura municipal para em conjunto elaborarem os projetos, mas atualmente isso raramente acontece. Outra questão levantada pelo capitão, é relacionada há alguns funcionários da FUNAI, que segundo ele não possuem qualificação alguma para trabalhar com os indígenas, já que desconhecem sua cultura e modo de vida, de forma que, não há interação entre os funcionários e os índios, o que dificulta o diálogo entre ambos.

Considerações finais

Percebemos que a cultura indígena, seus princípios tradicionais estão em um constante processo de transformação, devido a inúmeros processos que desestruturam

esses princípios, já que, historicamente, os Guarani, diferentemente de outros povos, caracterizam-se pela forte relação com o território e com seus traços culturais, mas que hoje se encontram inviabilizado devido ao “confinamento” a que estão inseridos, tendo que buscar a reprodução da sua existência a partir de outros costumes, quase sempre não índios.

O “confinamento” e a miséria enfrentada pelas famílias indígenas provocam grandes desconfortos entre os mesmos, levando-os a romper com seus costumes tradicionais, para buscar meios de sustentar sua família. Muitas vezes, aprendendo e “adaptando-se” a ações externas, como a comercialização de seus produtos, a venda da sua força de trabalho, ausentando-se da estrutura familiar para ir trabalhar fora, deixando-a muitas vezes desprotegida, enfrentando o preconceito e a discriminação, que são barreiras que eles encontram nessa nova etapa de luta fora da aldeia. Mas observamos também que a soma desses fatores, não enterram os sonhos de melhores condições, e desta forma caminha a luta indígena dentro e fora do seu território.

Devido às inúmeras dificuldades enfrentadas para se sustentarem, se estruturarem e manterem seus princípios tradicionais e peculiares ao seu modo de vida, resta-lhes como alternativa, a “adaptação” às atuais condições e oportunidades impostas pela sociedade não índia. Percebemos que mesmo com as inúmeras dificuldades enfrentadas, os indígenas não se deixaram vencer, já que muitos buscam dentro ou fora da reserva meios de sobreviverem e manter a reprodução da sua existência.

Com o processo de “confinamento”, o *tekoha* está enfraquecido, a relação dos indígenas com o território está fragilizada, não são mais auto-suficientes no sentido espiritual e místico e, principalmente, na relação de sobrevivência, na produção e reprodução de alimentos. Assim sendo, há apenas a relação “residencial” com o território, como acontece em alguns casos, resultado das políticas de “confinamento”, estabelecidas pelo Estado e de interesse também dos colonizadores. E o pior, a sociedade não índia, não se vê como responsável, se absolvendo, e julgando apenas como problemas internos e culturais das comunidades indígenas.

O Estado viabilizou políticas de colonização para região, agregando as populações indígenas como força de trabalho e como pequenos produtores, desarticulando e enfraquecendo assim, o “modo de ser”, o *tekoha*, visando inseri-los no

contexto econômico regional. Estruturando à sua forma, o Estado tem atuado apenas numa perspectiva unilateral, à da sociedade capitalista. O assalariamento a que os indígenas estão se submetendo inviabiliza o “modo de ser” Guarani, já que desarticula suas relações, enfraquece e fragmenta sua estrutura familiar, fomentando ainda mais o enfraquecimento da cultura tradicional.

Entendemos que as políticas públicas atuam na tentativa de camuflar os direitos e os problemas religiosos, místicos, sociais, culturais dos indígenas, introduzindo ações que na maioria das vezes são impostas, que quando trazem alternativas e soluções, são temporárias e sem a participação indígena na elaboração e desenvolvimento dessas ações, inserindo ainda mais costumes externos ao interior da reserva, gerando ainda mais desarticulações e fragmentações internas.

Notas

1. Projeto de habitação indígena, que beneficiou 200 famílias na Reserva Indígena de Dourados (110 Aldeia Bororó e 90 Aldeia Jaguapirú), iniciativa da Prefeitura Municipal de Dourados, em parceria com o Governo Federal, Caixa Econômica Federal e FUNASA.
2. O termo *tekoha* tem um sentido polissêmico ligado a terra, à natureza e às relações sociais, políticas e religiosas pelos grupos Guarani. O termo abarca a noção de local onde se realiza o “o modo de ser”. Também pode ser definido como local onde se realizam as relações sociais entre as famílias extensas (TROQUEZ, 2006, p. 32).
3. As terras estão tituladas de acordo com o Decreto nº 404 de 03/09/1917 e registradas às folhas 82, do livro nº 23, em 14/02/1965, no Cartório de Registro de Imóveis; na Delegacia Especial de Terras e Colonização de Campo Grande em 26/11/1965 (TROQUEZ, 2006, p. 33).
4. Entrevista realizada no dia 10 de dezembro de 2007.
5. Entrevista realizada no dia 10 de dezembro de 2007.
6. Entrevista realizada no dia 10 de agosto de 2007.
7. Sistema de queimadas e de fertilização da terra com as cinzas.
8. Entrevista realizada no dia 10 de dezembro de 2007.
9. Entrevista realizada no dia 10 de dezembro de 2007.
10. Realizado no dia 16 de maio de 2003 na Escola Municipal Tengatú Marangatú, na Aldeia Jaguapirú de Dourados, contou com a presença de representantes das Secretarias Municipais de Assistência Social, Cidadania e Habitação, Secretaria Municipal de Governo, Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Educação, Coordenadoria de Políticas Públicas para a Mulher e Coordenadoria de Assuntos Indígenas, representantes do CIMI, Ministério Público, representantes do Deputado Estadual Pedro Kemp, palestrante professor Paulo Roberto Martins Maldos, Antropólogo Levi Marques, professor doutor Antônio Brand – UCDB, doutor Ziga – FUNASA, Dirceu Aparecido Longhi representando o vice-governador, caciques das três etnias, professores da Escola Municipal Tengatú Marangatú e Escola Francisco Meireles, alunos e demais membros da comunidade.
11. Ata do Relatório do 1º Seminário de Políticas Públicas para as populações Indígenas.
12. Ata do Relatório do 1º Seminário de Políticas Públicas para as Populações Indígenas.

13. Entrevista realizada no dia 10 de dezembro de 2007.

Referências

ALMEIDA, R. F. T. **Do desenvolvimento comunitário à mobilização política: o Projeto Kaiowá Ñandeva como experiência antropológica.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2001.

ALMEIDA, R. F. T. de; MURA, F. **Povos indígenas do Brasil: Guarani, Kaiowa e Ñandeva.** Instituto Sócioambiental, 2003. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/pib/epi/guarani_kaiowa/loc.shtm>. Acesso: em 04 abr. 2006.

AZANHA, G. **As terras indígenas Terena no Mato Grosso do Sul.** Disponível em: <http://www.trabhoindigena.org.br/papers>. Acesso em: 21/06/2006.

AZEVEDO, F. **A transmissão da cultura.** São Paulo: Edições Melhorando/Instituto Nacional do Livro, 1976.

BARBOZA, L. E. G. **A procissão dos mortos vivos Guarani-Kaiowá: contrapondo ao projeto neoliberal de desenvolvimento.** Campo Grande: UFMS, 2002.

BITTENCOURT, C. M., LADEIRA, M. E. **A história do povo Terena. Brasília: MEC, 2000.**

BRAND, A. **O confinamento e seu impacto sobre os Pai/Kaiowá.** 1993. Dissertação (Mestrado História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

_____. **O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da palavra.** 1997. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

CONRADI, C. C. N. **As ações do Estado Nacional e trajetória política dos Guarani Ñandeva no oeste do Paraná (1977-1997).** 2007. Dissertação (Mestrado História). Dourados, MS: UFGD.

GADELHA, R. M. **As missões jesuíticas do Itatim, estrutura socioeconômicas do Paraguai colonial – Séc. XVI e XVII.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GRESSLER, L. A., SWENSSON, L. J. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul: destaque especial ao Município de Dourados.** Estado: Gressler, 1988.

HAESBAERT, R. Des-caminhos e perspectivas do território. *In: RIBAS, A. D. et. al.(Org.). Território e desenvolvimento: diferentes abordagens.* Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

LACERDA, M. A. **História e cultura de comunidades indígenas na localidade de Dourados:** memória, identidade e desenvolvimento local - aldeias Bororó e Jaguapirú. Disponível em: <<http://www.ucdb.br/coloquio/arquivos/munier.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2006.

MANGOLIN, O. **Povos indígenas no Mato Grosso do Sul:** viveremos por mais 550 anos. Campo Grande/MS: CIMI/MS, 1993.

MONTEIRO, M. E. B. **Levantamento histórico sobre os índios Guarani Kaiowá. Coleção Fragmentos da História do Indigenismo.** Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2003.

NUNES, W. A. G. A. **Tekoha:** espaço vital da cultura indígena. Disponível em: <<http://www.cpao.embrapa.br/Noticias/artigos/artigo17.html>>. Acesso em: 04 abr. 2006.

ORLANDI, E. **Terra à vista:** discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo, Cortez: 1990.

PEREIRA, L. M. **Parentesco e organização social Kaiowá.** 1999. Dissertação (Mestrado). IFCH/UNICAMP, Campinas.

RAFFESTIN, J. C. Território e poder. *In: Por uma geografia do poder.* São Paulo: Ática, 1993. Tradução de: Pour une géographie du pouvoir. Paris: Litec, 1980. 269p. Tradução por Maria Cecília França.

RIBEIRO, B. **O índio na história do Brasil.** 10 ed. São Paulo: Global, 2001.

SHADEN, E. **Aspectos fundamentais da cultura guarani.** São Paulo: E.P.U./EDUSP, 1974.

SILVA, M. A. O movimento dos Guaranis e Kaiowá de reocupação e recuperação de seus territórios em Mato Grosso do Sul e a participação do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) 1978-2001. Dourados, MS: UFMS, CDPO, 2005.

SUSNIK, B. **Los aborígenes del paraguay II:** Etnohistoria de los Guaranies. Época colonial. Assunção: useu Etnográfico “Andres Barbero”, 1979-1980.

TROQUEZ, M. C. C. **Professores índios e transformações socioculturais em um cenário multiétnico:** a Reserva Indígena de Dourados (1960-2005). 2006. Dissertação (Mestrado História). Dourados, MS: UFGD.

WENCESLAU, M. E. **O índio Kayowá e a comunidade dos brancos.** 1990. Dissertação (Mestrado em História Social). FFLCH/USP, São Paulo.

Artigo recebido em junho/2009 e aceito para publicação em fevereiro/2010.